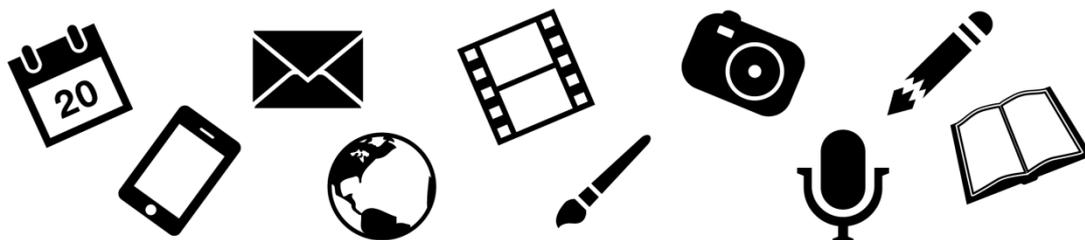




**UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE SANTA CATARINA**

## UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



*Agcom*  
Agência de  
Comunicação  
da UFSC

**31 de janeiro de 2014**

## **Diário Catarinense**

### **Serviço**

"Pós-graduação"

Defesas de mestrado e doutorado / Cursos de pós-graduação da UFSC

### **Pós-graduação**

Para os meses de fevereiro e março, já estão agendadas 74 defesas de mestrado e doutorado em diversos cursos de pós-graduação na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). As informações foram obtidas por meio de levantamento no site do programa credenciado na UFSC e também recebidas por meio das secretarias. Interessados podem conferir a agenda completa no site <http://propg.ufsc.br>.

## **Diário Catarinense**

### **Marcos Espíndola**

"Viva Salim"

Aniversário de 90 anos de Salim Miguel / Novela policial *Nós* / Editora da UFSC - EdUFSC / Cachoeira do Bom Jesus

### **Viva Salim**

Os 90 anos do escritor Salim Miguel são um acontecimento que vai render bastante. Muitas homenagens estão em curso, incluindo seu novo livro, a novela policial *Nós*, o principal lançamento de 2014 da EdUFSC. Mas o grande momento para o querido autor será neste fim de semana, quando receberá no refúgio na Cachoeira do Bom Jesus os amigos próximos e toda a família: os cinco filhos e os sete netos, vindos de lugares distantes do país e do exterior. Ele merece!

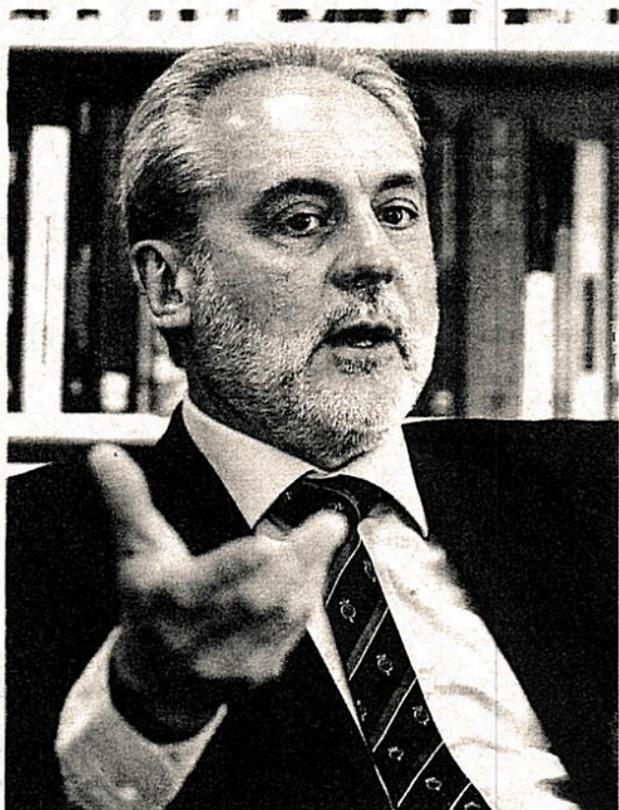
**Nelson Juliano Schaefer Martins**  
novo presidente do TJ

ENTREVISTA

# “O Judiciário não é luxo, é necessidade”

KELI MAGRI  
keli.magri@noticiasdodia.com.br  
@ND\_Online

**O**novo presidente do TJ-SC (Tribunal de Justiça de Santa Catarina) Nelson Juliano Schaefer Martins, 58, toma posse hoje com o desafio de aproximar o Judiciário da sociedade. O desembargador, que tem mandato de dois anos, é natural de Tubarão e formou-se em direito na UFSC. Ingressou na magistratura em 1981, sendo promovido a juiz de segundo grau em 1997 e a desembargador em 2001. Schaefer confirma que o Tribunal de Justiça não devolverá recursos do duodécimo e que trabalha no limite orçamentário para atender às demandas da sociedade. A estrutura do poder também é um argumento do novo presidente: são 450 juízes, 92 desembargadores e 10 mil colaboradores divididos em 111 comarcas e 348 varas para atender a média anual de 88.400 processos na Justiça catarinense. “O Judiciário não é luxo, é necessidade. A função é assegurar a paz social e o equilíbrio entre as forças da sociedade. É um trabalho essencial na afirmação da democracia no nosso país que precisa funcionar bem”, destacou.



Duodécimo. Schaefer confirma que o TJ não devolverá recursos ao governo

## Em que sua gestão se diferenciará da de Cláudio Barreto Dutra?

Será uma continuação. Dutra administrou com austeridade e transparência. Pretendo avançar no que a atual gestão não teve tempo de realizar. Espero aplicar os recursos para obras de reformas, ampliações, adaptações, pois o biênio de Dutra criou um ambiente e uma condição muito favoráveis, inclusive financeira, para que pudéssemos concretizar esse projeto.

## De que forma o senhor pretende aproximar Judiciário e sociedade e tornar o poder mais humano?

Queremos estabelecer uma política de comunicação permanente com a sociedade. Estaremos atentos também aos julgados especiais, da infância e da adolescência, à política de combate à violência doméstica, de combate à tortura, de prevenção de conflitos, na busca de um sistema carcerário melhor e de incentivo à regularização fundiária dos bairros populares.

## Há mudanças em cargos?

É natural na democracia que a alternância de poder recomende uma modificação de pessoas. Vamos manter, mas alguns estão sendo remanejados para que haja um fluxo de ideias, pensamentos e projetos novos para oferecermos algo a mais à sociedade e ao Judiciário.

## As estruturas física e humana são suficientes?

O serviço sempre cresce e demanda maior estrutura. Nós conhecemos e temos consciência de que os recursos orçamentários são limitados. Diante disso, procuramos implementar o processo digital na sua integralidade, para que possamos reduzir a necessidade de ocupação de espaços físicos e redirecionar os nossos servidores. O processo digital reduzirá pessoal nos cartórios e isso provocará migração de servidores para os gabinetes, o que provocará melhor produtividade dos magistrados e de decisões no Estado.

## O que é possível avançar neste ano?

O maior desafio é a transposição do processo físico para o eletrônico, que envolve quase R\$ 93 milhões e, acima de tudo, adaptação de métodos e programas e treinamento de pessoal.

## Quais são os maiores gargalos?

Temos situações identificadas pela corregedoria para podermos atender aos problemas mais dramáticos nas unidades que tem maior acúmulo de processos e que

demandam respostas mais rápidas. Para isso utilizaremos uma técnica chamada de enfrentamento de processos. Estamos treinando uma equipe que irá atuar em áreas específicas onde haja a necessidade de se dar uma vazão maior. E quais são elas? Aquelas definidas especialmente nas prioridades do Conselho Nacional de Justiça com mais de cinco anos de tramitação, que envolvam improbidade administrativa e moralidade pública.

## É possível reduzir o duodécimo?

Nosso orçamento é do tamanho das nossas necessidades e do tamanho das necessidades que a sociedade reclama. Desse modo, nós não temos previsões que se-

jam exageradas. A nossa estrutura é uma das maiores do Estado, só perde para a Secretaria de Educação. Os recursos são aplicados com muita parcimônia. O Judiciário não é luxo, é necessidade. Precisa funcionar bem, não seria razoável imaginar o enfraquecimento financeiro e orçamentário do Judiciário em benefício de outras áreas, que também são essenciais, porque aí estaríamos em um retroces-

so político-institucional a contrariar os princípios da Constituição.

## O senhor manterá a decisão de não devolver recursos ao Estado?

A informação que eu tenho é que a contribuição que o Judiciário poderia ter feito ao Executivo já foi feita, de acordo com a legislação em vigor, ao longo do ano. Se tivéssemos que devolver recursos, nós prejudicaríamos obras, projetos, comarcas e o funcionamento de serviços essenciais, em prejuízo à eficiência. A sociedade reclama efetividade do poder Judiciário. Nós hoje atuamos no limite dos nossos recursos, com a maior responsabilidade e com a busca da melhor produtividade e aproveitamento desses valores.

## Que saída o senhor aponta para o fim da lentidão da Justiça?

Fala-se muito na morosidade da Justiça, mas não se lembra que nós temos mecanismos de solução e de atendimento às necessidades mais urgentes de uma maneira muito rápida. Às vezes uma postulação é apresentada em um dia e no mesmo dia sai uma resposta que permite a execução e o cumprimento daquela medida judicial necessária. Pela complexidade, algumas solicitações demoram mais que o esperado. Esse tema está sendo bem enfrentado em Santa Catarina.

“ Não seria razoável imaginar o enfraquecimento financeiro e orçamentário do Judiciário em benefício de outras áreas. ”

"Mercado Público: Materiais da reforma são testados"

Obras de recuperação do Mercado Público de Florianópolis / Ala Norte / Testes com materiais da reforma / Prédio da UFSC / Engenheiro responsável, Dalton da Silva / serviço de Patrimônio Histórico de Florianópolis – Sephan / Laboratório de Materiais de Construção Civil – LMCC / Curso de Engenharia Civil da UFSC / Obras na Ala Sul

## MERCADO PÚBLICO

# Materiais da reforma são testados

Itens como reboco, tintas e a cobertura são avaliados para respeitar características originais

EMANUELLE GOMES

Todo cuidado é pouco nas obras de recuperação do Mercado Público, patrimônio histórico municipal. Enquanto os funcionários da JK Engenharia, empresa que venceu a licitação, trabalham na Ala Norte, quatro testes estão sendo feitos com materiais que serão usados para a recuperação do prédio.

Um deles, no outro lado da cidade, em um prédio da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), verifica a qualidade das telhas francesas que substituirão as atuais telhas da Ala Norte. Outros três são realizados no local da obra: pintura, reboco e protótipo das portas do Mercado.

Os testes determinam se os fornecedores estão dentro das normas técnicas exigidas e se são adequados para a recuperação da arquitetura original do prédio. Os resultados devem ser conhecidos no dia 7 de fevereiro.

O engenheiro responsável pela obra no Mercado, Dalton da Silva, explica que cinco profissionais do Serviço de Patrimônio Histórico de Florianópolis (Sephan) estão acompanhando os procedimentos. Uma empresa especializada foi contratada para realizar os testes de pintura e reboco.

Na tinta são observadas a coloração e uniformidade, por exemplo. Um dos requisitos para o reboco é não ter cimento. Além disso, dois testes com as

portas já foram feitos. Uma marcenaria está produzindo protótipos para recuperar as portas originais, que eram inteiras e atualmente têm uma parte superior fixa. Só depois dos testes os materiais vão para linha de produção para serem usados na reforma. O mesmo ocorre com as telhas.

Silva conta que foi difícil encontrar a telha francesa. Quando a Ala Norte pegou fogo, em 2006, a prefeitura recuperou o prédio, mas as telhas vieram de inúmeros fornecedores e apresentam tamanhos variados, formando goteiras.

### Telhas passam por prova de resistência e absorção

Na recuperação da ala, toda a cobertura será substituída por telhas de apenas um fornecedor.

– Já estávamos prevendo essa dificuldade. O restante da obra na ala será entregue no prazo, dia 31 de março – garante Silva.

A qualidade das telhas, que vieram de uma olaria no Sul do Estado, está sendo testada no Laboratório de Materiais de Construção Civil (LMCC), do curso de Engenharia Civil da UFSC.

Os procedimentos devem atestar a impermeabilidade, a resistência e a absorção de água.

Em relação às obras na Ala Sul, a previsão de início é no fim de abril, prazo para a saída dos comerciantes.

emanuelle.gomes@diario.com.br



Teste das telhas é realizado dentro do Laboratório de Materiais de Construção, da Engenharia Civil da UFSC



### O MERCADO MAIS IMPORTANTE DA CIDADE

✓ O Mercado Público de Florianópolis é um prédio antigo tombado como patrimônio histórico em 1984.

✓ Tombado não quer dizer derrubado. Significa que o prédio é protegido pela prefeitura, pois é muito importante para a história da cidade. Por isso ele não pode passar por obras sem autorização. A cor e o formato das paredes não podem mudar.

✓ Como está muito velho, o Mercado vai ser reformado. A Ala Norte foi

construída primeiro, em 1898. A Ala Sul foi erguida em 1928, no século passado.

✓ Um dos materiais que o Mercado Público ainda tem desde a época em que foi feito são as pedras do chão, de paralelepípedo, que foram colocadas no meio das duas alas.

✓ O Mercado Público de Florianópolis é o único do Brasil que tem um vão central, que é um espaço aberto bem no meio dele. Por ali, passavam carros antigamente.

# CLIPPING DIGITAL

**Clipping dia 31/01/14**

[Só chuva e meteoritos caem do céu gratuitamente](#)

[Programa da UFSC para estudar em universidades no exterior tem prazo de inscrição prorrogado](#)

[YouTube: 2014 é o ano para apostar em audiovisual online](#)

[Entre Jaguaruna eo Farol, paisagens que merecem contemplação - vídeo](#)